



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Central Metropolitana, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MARCELO AUGUSTO DE QUEIROZ ASSUNCAO
CNPJ/CPF : 126.660.966-02
Empreendimento : MARCELO AUGUSTO DE QUEIROZ ASSUNCAO
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Fazenda do Barreiro número/km S/N Bairro Zona Rural Cep 35774-000
Paraopeba - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Paraopeba (LAT) -19.3007, (LONG) -44.3629
Fator locacional resultante : 1
Classe predominante resultante : 2
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 2155/2023

Motivo da decisão:

Deste modo, em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), considerando a não apresentação da autorização para intervenção ambiental e considerando o artigo 15 da DN Copam 217, sugere-se o indeferimento do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento/empreendimento "Marcelo Augusto de Queiroz Assunção" para a atividade de "Avicultura", no município de Paraopeba/MG.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Belo Horizonte, 31/01/2024.

Documento assinado eletronicamente por KAMILA ESTEVES LEAL, Chefe da Unidade, em 31/01/2024 17:56 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do